

## AMBIENTE

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 4708/2018

Considerando que, conforme disposto no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março, a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.) é um instituto público, integrado na administração indireta do Estado, cujo Conselho Diretivo, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do mesmo diploma, é composto por um Presidente, um Vice-Presidente e dois vogais;

Considerando que a vacatura do cargo de vice-presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P., resultante da cessação definitiva de funções do seu anterior titular, torna necessário e urgente proceder à designação de substituto de forma a assegurar o normal funcionamento do serviço até à abertura do procedimento concursal devido e subsequente nomeação de novo titular do cargo de vice-presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P.;

Considerando que a designação dos membros do Conselho Diretivo obedece às disposições constantes do n.º 4 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, que aprova a Lei Quadro dos Institutos Públicos, e é feita por despacho do membro do Governo da tutela, na sequência de procedimento concursal, ao qual se aplicam, com as necessárias adaptações, as regras de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública previstos no Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual;

Considerando que até à designação em regime de comissão de serviço terão que ser asseguradas as referidas funções em regime de substituição, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, aplicável por força do disposto no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual:

1 — Designo, em regime de substituição, para exercer o cargo de vice-presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., José Carlos Pimenta Machado da Silva, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções respetivas.

2 — A presente designação produz efeitos a partir de 5 de maio de 2018.

4 de maio de 2018. — O Ministro do Ambiente, *João Pedro Soeiro de Matos Fernandes*.

#### ANEXO

#### Nota Curricular

José Carlos Pimenta Machado da Silva nasceu em Santo Tirso, em 1961.

Licenciado em Engenharia do Ambiente pela Universidade de Aveiro, em 1986, possui uma pós-graduação em Engenharia do Ambiente, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 1995 e um Master in Public Administration, pela Universidade Católica.

De 2011 a abril de 2018, foi Administrador Regional da ARH do Norte (Administração da Região Hidrográfica do Norte), departamento descentralizado da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), na região Norte de Portugal.

Desde novembro de 2013 assumiu a presidência do Conselho de Administração da Sociedade Polis Litoral Norte.

Desde janeiro de 2018 é membro da Direção do Instituto de Hidráulica e Recursos Hídricos da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

De outubro de 2008 a setembro de 2011 assumiu o cargo de Diretor de Departamento de Recursos Hídricos do Litoral da ARH do Norte, IP.

Entre outubro de 2007 e outubro de 2008 assumiu, em regime de substituição, o cargo de Diretor de Serviços do Litoral, com funções executivas na gestão dos recursos hídricos e no apoio técnico ao Programa Operacional Regional Norte (POR Norte) integrado no QREN, em matéria de domínio hídrico.

De maio a setembro de 2007 foi nomeado Chefe de Divisão na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), assegurando as competências de licenciamento do domínio hídrico, da gestão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) de Caminha-Espinho.

De maio de 2001 a abril de 2007 exerceu funções na Direção de Serviços de Monitorização Ambiental, relacionadas com a avaliação de sistemas de tratamento de emissões atmosféricas e coordenou o projeto de despoluição da Bacia do Ave.

De junho 1990 a abril de 2001 integrou a Direção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Norte (DRARN), onde desempenhou funções na gestão dos recursos hídricos. Representante do Ministério do Ambiente na Comissão de Acompanhamento dos Contratos Programa de Cooperação Técnica e Financeira para o Sistema de Despoluição da Bacia do Ave, de Barcelos, de Póvoa de Varzim, Vila do Conde e de Matosinhos. Acompanhou a elaboração dos Planos de Bacia Hidrográfica.

De julho de 1987 a maio de 1990 exerceu atividade na Comissão de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Ave (CGIBHA), tendo como principais funções estudar e planear ações de despoluição da Bacia Hidrográfica do Ave.

É autor e coautor de várias publicações técnicas na área de Gestão de Recursos Hídricos, tendo igualmente participado em vários seminários, conferências nacionais e internacionais especializadas.

311323332

#### Secretaria-Geral

#### Aviso n.º 6287/2018

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que concluíram com sucesso o período experimental de função, na sequência de procedimento concursal para o preenchimento de dois postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, da Unidade Ministerial de Gestão Patrimonial, aberto pelo aviso n.º 12632/2016, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 199, de 17 de outubro, Luís Filipe Mendes Hilário, a quem foi atribuída a classificação final de 15,3 valores, homologada por despacho da Secretária-Geral Adjunta de 29 de março de 2018, e Helena Maria Marques dos Santos, a quem foi atribuída a classificação final de 14 valores, homologada por meu despacho de 17 de abril de 2018.

24 de abril de 2018. — A Secretária-Geral, *Alexandra Carvalho*.  
311306428

## AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

### Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

#### Aviso n.º 6288/2018

Para efeitos do que dispõe o n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, declara-se que, concluíram com sucesso o período experimental na carreira/categoria, nos termos do disposto no artigo 45.º a 50.º da citada Lei n.º 35/2014, os seguintes trabalhadores, sendo o tempo de duração daquele período, contado para efeitos da atual carreira/categoria.

Nome	Carreira/Categoria	Avaliação	Posição remuneratória/ Índice remuneratório	Data de efeitos
André Daniel Silva Trindade	Técnico Superior	17.60	2.ª/15	01/03/2017
Filipe José Patraquim Moreira Paulo	Técnico Superior	15.87	2.ª/15	01/06/2017
João Manuel Miguel de Sousa	Técnico Superior	16.27	2.ª/15	01/06/2017
Mafalda D'Ávila da Silveira Mendes Rosa	Técnica Superior	17.40	2.ª/15	01/03/2017

2 de maio de 2018. — O Diretor-Geral, *Pedro Teixeira*.

311316334